

## ENTRE OS LIMITES NATURAIS DO ESPAÇO URBANO E DA MARGINALIZAÇÃO, AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

*Ana Madruga*

Ms. em Geografia, Profa. do DGEOC/UFPB

**RESUMO:** Há séculos se desenvolve na região costeira do Brasil, um tipo da atividade artesanal que, por não ter acompanhado o desenvolvimento tecnológico nem o desenvolvimento econômico do país, segundo as necessidades urbanas do capitalismo, padece da falta de atenção do Estado. Trata-se da pesca artesanal, que a despeito das novas tecnologias espaciais, dá conta de um espaço cotidiano, fazendo circular informações que numa escala de programas espaciais via satélite não aparecem. Essa atividade desenvolve-se às vezes em espaços considerados frágeis do ponto de vista ambiental, como os mangues. Os pescadores das áreas ribeirinhas, nem sempre de tradição pesqueira, habitam centros urbanos de porte médio às margens de rios formadores de estuários, no limite entre as construções legais da cidade e o rio. Esse limite é a área do mangue, que mesmo sendo imprópria ao habitat permanente, representa o abrigo de comunidades, cujas relações com o urbano se dão naquilo em que a cidade tem como fetiche: o trabalho, os serviços e o consumo. O Estado mantém uma coexistência pacífica com essas comunidades que vivem na miséria, até o momento em que as áreas por elas ocupadas passam a servir a outras funções como ao turismo, tornando-se valiosas do ponto de vista imobiliário.

**Palavras-chaves:** comunidades ribeirinhas; mangue; cultura

**ABSTRACT:** In the coast of Brazil, there are the developments of the artisan activity fishing. This fact is incompatible with the development of the technology and the necessity urban. The state no to give priority of the potential of this working what have the may for survive granting surrounding the coast of the national territory, the artisan fishing coexist with others types of fishing in the state of Paraíba, to sharing sometimes of the spaces to considerable to fragility how the mangroves, by the to condensate of the urban areas. The fishing of the streamlet area neither always had the fishing tradition of your family, more and more, to possess of the urban area possible, in the natural limit between the city and the river. This limit is the mangrove area to use improperly, where the relations of the communities with the urban area to depend of the fetish urban: the work, the duty and to consumer. So the workers, of little recognition for the society live how no to have work, same, what of him to depends the family reproction, what to consumer the products of the city and the products of the mangrove.

**Key words:** artisan activity fishing; mangrove; culture.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.1 n. 1	Jan/Junho-2002	p. 11-22
--------------------	-------------	------------	----------------	----------

## INTRODUÇÃO

“El lugar más oscuro es siempre el que esta bajo la lámpara”..(Proverbio chinês)

Quando observamos da Cidade Alta em João Pessoa, a densa formação vegetal do Mangue, jamais podemos imaginar se não formos ao campo, o que se esconde sob a exuberância e beleza daquele verde: a vida precária e insalubre da sociedade.

Neste breve ensaio, motivado em parte pela programação de investigações na disciplina Geohistória, pretendemos documentar alguns aspectos da vida cultural e econômica da atividade pesqueira artesanal desenvolvida no Estuário do Rio Paraíba, na cidade de João Pessoa, e em algumas áreas de seu entorno.

O estudo das culturas na Geografia remonta aproximadamente a primeira metade do século XX, quando a visão funcionalista dos Anglo-Saxões enveredou numa busca interdisciplinar principalmente da Antropologia Cultural, para apresentar explicações da vida econômica e social de alguns povos que diferiam totalmente dos rumos que tomava a moderna sociedade capitalista.

Para aprofundarmos essa preocupação, fizemos algumas incursões na Antropologia Física e Cultural, sempre com o cuidado de não sucumbir ao determinismo que permeia boa parte das obras investigadas.

A contribuição da Antropologia, principalmente para as pesquisas em Geografia Humana, trazem não só um enriquecimento metodológico, com técnicas como a pesquisa participante e a documentação fotográfica precedida de suas leituras, como uma compreensão da realidade que só enriquecem os trabalhos e as pesquisas de campo dos geógrafos. Utilizando esse aporte da Antropologia, desenvolvemos estudos sobre a atividade pesqueira artesanal em algumas comunidades ribeirinhas e marítimas do Estado da Paraíba.

A atividade pesqueira artesanal tem sido estudada ao longo dos anos mais como uma atividade que conserva traços culturais que remontam etnicamente aos ancestrais indígenas regionais, conservando os aspectos de uma economia de subsistência, do que como uma atividade que passa por profundas alterações, à medida em que vem sofrendo as interferências da realidade do mundo urbano. As interferências que se apresentam num primeiro momento apenas como mudanças espaciais, são prenúncios da evolução das transformações econômicas vividas pelos diferentes processos de urbanização nos países do Terceiro Mundo.

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.1 n. 1	Jan/Junho-2002	p. 11-22
--------------------	-------------	------------	----------------	----------

Esse estudo tem como ponto de partida a preocupação com as condições de vida das comunidades que tem o mangue como principal alternativa para a sua subsistência, seja como fonte de trabalho na atividade pesqueira ou de extrativismo de crustáceos e de madeira, seja como limite do espaço possível para a moradia na cidade.

O mangue em questão, mesmo recebendo as influências da atividade antrópica tanto urbana como rural (através da deposição de sedimentos provenientes do desmatamento), ainda apresenta-se exuberante quando visto através de fotografias aéreas. Mas quando temos a oportunidade de fazer o reconhecimento da área, através dos trabalhos de campo, podemos perceber as ameaças pelas quais passa todo o geossistema.

O trabalho de campo, técnica bastante utilizada pelos geógrafos para reconhecimento das formas de uso do solo, dos aspectos físicos e das condições de produção e reprodução das populações, somado a abordagem antropológica e a utilização de um método de interpretação dialético, histórico estrutural, conduziram o estudo. A preocupação maior foi a de não omitir nenhum aspecto da realidade estudada que impossibilitasse uma análise da organização sócio-econômica das comunidades ribeirinhas objeto de investigação.

Para efeito de localização geográfica, esclarecemos que os núcleos populacionais por nós estudados estão situados no entorno do Estuário do Rio Paraíba. Isto é, alguns deles não estão necessariamente às margens do Estuário, mas localizam-se às margens de rios que fazem parte da formação estuarina, e mantêm o mesmo vínculo econômico e cultural que rege a vida de quem tem a sua subsistência predominantemente vinculada ao rio, seja no Estuário seja em algum afluente do rio Paraíba, que circunda a zona urbana das cidades de João Pessoa, Cabedelo, e Bayeux. (ver figura 1).

As peculiaridades de comunidades como Forte Velho, Costinha, Porto do Capim e Ilha do Bispo, diferem entre si, não só na distancia que as separa do mundo urbano, do qual participam como mantenedoras de produtos alimentícios nos mercados mais próximos, como enquanto mão-de-obra não especializada nos centros urbanos vizinhos e particularmente no que diz respeito ao uso do solo.

Fig. 1  
Recorte da região estuarina do Rio Paraíba e seu entorno



Enquanto as comunidades de Forte Velho e Costinha se originaram de unidades de produção rurais, com o uso da terra restrito a categoria dos posseiros, Porto do Capim e Ilha do Bispo, inseridas na malha urbana do município de João Pessoa, mesmo conservando traços da cultura de um mundo rural principalmente no que diz respeito à questão da temporalidade, se permitem uma vivência de aspirações e práticas do mundo urbano que as circundam, as sufocam, e as atraem.

Seria muito mais simples abordarmos a questão do trabalho dessas comunidades, se o ambiente no qual se inserem não fosse constituído basicamente pelo manguezal. Este contorna as margens dos rios, recebe a influência da maritimidade peculiar às zonas estuarinas e que permite a existência de uma verdadeira floresta composta por espécimes característicos como o *Rizophora mangle* e a *Avicenia* sp.

A presença do mangue permite uma riqueza biológica muito importante, não só por ser início de cadeia alimentar dos mares, mas como uma possibilidade de sobrevivência para uma população que vive no limiar entre o espaço e a cultura urbana, a sua história e a cultura rural.

No Brasil os manguezais estão mais concentrados ao longo da costa do litoral norte, onde ocorrem numa percentagem de 85%, e são mais complexos, mais preservados. No litoral do Nordeste até o Rio de Janeiro, segundo Lacerda (1999) temos apenas 10% da área total dos manguezais do país.

Geralmente a área do mangue, convive com a situação de extrativismo, muitas vezes numa escala que não abala seu potencial biótico. Isto, desde que o mesmo não se localize nas proximidades de centros urbanos, onde se torna alvo quase que único, de manutenção da sobrevivência das populações ribeirinhas, e de investimentos empresariais (viveiros de peixes ou camarões, salinas).

O cotidiano das comunidades ribeirinhas é permeado pela atividade pesqueira artesanal, atividade essa, que depende do ritmo das marés. Isto significa que o horário de trabalho não obedece a lógica constante na maioria das atividades existentes na zona urbana. O relógio, o tempo para o trabalho, funciona pela ação da natureza, pelo ritmo das marés (preamar e baixa-mar), pelas noites com Lua ou sem Lua.

O volume da produção também é irregular, o que quer dizer que independe do trabalho investido, seja na pesca, seja na coleta de crustáceos. É sempre incerto o resultado do esforço investido a bordo das pequenas embarcações que servem de transporte para o ambiente de trabalho, que muitas vezes é a continuidade do espaço de moradia.

E essa incerteza, aliada a falta de perspectivas de melhores condições de vida, é muitas vezes a causa da inserção de outras atividades além da pesca, para a subsistência, e da demonstração do pouco interesse das gerações mais novas pelo ofício dos pais.

A ocupação dessas áreas próximas ao mangue, que oficialmente são áreas de Domínio da União, é feita em sua maioria com o auxílio da prática do aterro, utilizando-

se tanto de material exógeno, como do próprio material do mangue, cuja lama, retirada das margens do rio, é mais compactada e mais difícil de ser erodida nas marés de maior força.

Nessas condições, a questão sanitária torna-se bastante precária, causando não só prejuízos a qualidade de vida dos habitantes, como se tornando um grave problema para todo o ecossistema estuarino localizado no limite natural do perímetro urbano.

Devido ao nível do lençol freático ser bastante alto não é possível a existência de fossas sépticas, e como não existe saneamento, apenas o abastecimento d'água encanada, todo o esgotamento sanitário é dirigido para o mangue de uma forma muito precária, permitindo que mesmo nas marés altas, esses resíduos corram a céu aberto até chegarem as águas do Rio Sanhauá.

Para um melhor entendimento de todo esse contexto físico e humano, traçaremos brevemente a evolução da forma de ocupação do sítio urbano de João Pessoa nos primórdios da colonização.

A conquista da Paraíba no período colonial foi possível, graças à existência do Estuário do Rio Paraíba, que além de possibilitar a navegabilidade, possuía nas proximidades de sua desembocadura, um porto natural, localizado na ponta de uma Restinga, a de Cabedelo, onde foi construída oportunamente, a fortaleza de Santa Catarina, ainda hoje existente não completamente na sua forma original, mas recuperada como um dos monumentos históricos do município.

As dificuldades de ocupação do solo, ou melhor, da conquista do território, devia-se, sobretudo a presença dos índios Potiguaras, que ao contrário dos índios Tabajaras não eram tão dóceis, e cujo temperamento na visão dos cronistas e catequizadores, ia do mais bélico e antropofágico, até o sodomítico, tanto pôr razões de vingança, como pôr ocasião de festividades na época do verão, quando havia abundancia do cajú, fruto nativo em áreas de Restinga, e do qual se fazia uma bebida alcoólica.

Essas dificuldades, não duraram tanto que impossibilitassem os propósitos dos portugueses e a colonização da Paraíba se deu, e com ela, a ocupação das várzeas, com a cana de açúcar, principalmente no Rio Paraíba, um dos maiores rios do Estado.

Ao longo de quatro séculos, o desmantelamento étnico, agravado com a vinda de escravos negros da África, de europeus, e de índios, permitiu não só os vários cruzamentos de raças, mas o surgimento um período econômico áureo que coincidiu

com a fase de apogeu dos engenhos. A evolução da atividade canvieira nas várzeas do Paraíba foi acompanhada da modernização tecnológica do parque industrial que resultou na substituição dos engenhos pelas usinas de açúcar e mais recentemente pelas destilarias de álcool.

A população que foi originada nas várzeas do rio Paraíba, tão bem caracterizada nos romances de José Lins do Rego, engrossa hoje, parte da população ribeirinha do Estado, incluindo as das áreas em estudo. Com isso queremos trabalhar com a hipótese de que, a atividade pesqueira ribeirinha, nem sempre foi herança familiar. Etnicamente foi herdada dos índios, ou mestiços, mas também uma atividade possível a alguns migrantes, que vieram se juntar a população já instalada em algumas terras de propriedade privada, ao longo do Estuário, que dado o uso limitado da terra pelos proprietários e a presença de descendentes indígenas, fizeram dela um sustentáculo para uma economia de subsistência.

Segundo Ribeiro (1987), as formas diferenciadas da sociedade se manifestar em seus aspectos culturais, seguiram três ordens de caráter tecnológico, social e ideológico, sendo que na sua evolução, poderíamos eleger a primeira para explicar as suas etapas evolutivas. O conceito básico subjacente às teorias de evolução sócio cultural é o de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentam dois processos simultâneos e mutuamente complementares de autotransformação, um deles responsável pela diversificação, o outro pela homogeneização das culturas.

O que podemos observar nos trabalhos de campo, é realmente a existência desses dois processos de autotransformação, a diversificação e a homogeneização das culturas de caráter rural e artesanal e o movimento de aculturação

A atividade envolvendo a agricultura de subsistência e a pesca artesanal estava tão associada até alguns anos atrás, que a pouca circulação de dinheiro era substituída pelo sistema de troca, como por exemplo, de farinha e batata por peixe seco (pequenas espécies de pescado salgado e exposto as sol para secagem).

Com a expansão do sistema urbano, e o crescimento da necessidade de consumo que se apresentou como uma imposição econômica, o sistema de troca foi substituído totalmente pela venda dos produtos nas feiras.

Ao longo da História existiram diversos modelos de sociedade, pois esta sempre esteve em constante transformação. Um dos fatores que mais intervem nessas modificações é exatamente o relacionamento vigente entre os homens.(Corrêa,1987)

A situação que encontramos hoje nessas comunidades ribeirinhas, mesmo localizadas em ambiente bucólicos e considerados atrativos para a atividade turística do Estado, é de pobreza. Quanto mais próximas estão do ambiente urbano, como é o caso de Porto do Capim e Ilha do Bispo, mais se aproximam da miséria.

O Porto do Capim tem sua origem relacionada à necessidade de instalação de um porto para o Estado, que não foi possível devido as condições de assoreamento do rio, associado ao malogro financeiro e político que tanto desgostaram o Presidente Eptácio Pessoa.

A Ilha do Bispo, hoje um dos menores bairros da cidade, que já foi reduto de índios no passado, abriga uma grande indústria que explora a rocha calcárea numa mina a céu aberto, e produz cimento para a construção. Essa indústria, que um dia pertenceu a família Matarazzo (CIMEPAR) hoje abriga o capital português (CIMPOR) e uma parcela da mão-de-obra sem qualificação da Ilha do Bispo, que sofre os constantes efeitos da poluição do ar através da poeira gerada pelo processo de produção do cimento.

Tendo o mangue como pano de fundo para a subsistência e até para o lazer, a insalubridade do ambiente, junto à pobreza da população, nos apresentam de uma forma singular os aspectos de decadência e de “teimosia” de uma população que insiste em ocupar áreas da zona urbana que não são adequadas ao habitat humano pelo alto grau de umidade e salinidade, o alto nível do lençol freático e a proliferação conseqüente de insetos (os maruins, insetos pequeninos, comuns a estas áreas, deixam as marcas de suas picadas e até ferimentos na pele).

Nos últimos 10 anos, o empobrecimento das comunidades ribeirinhas reflete não só os aspectos de uma crise econômica que assola de forma desumana o Terceiro Mundo, como a descaracterização de algumas culturas, que como o camaleão assume o mimetismo possível para conviver com uma sociedade urbana, que exerce sobre elas um fetiche. Tal fetiche acha-se associado de um lado, à necessidade de consumo através do qual é possível a aquisição seja do essencial a sobrevivência, como alimentos , seja de produtos diversos como eletrodomésticos, aparelhos de som ou TV e de outro lado, à maior acessibilidade aos serviços públicos de educação e saúde. Para isso em muito concorrem os meios de comunicação e a facilidade de acesso aos locais de consumo de bens de primeira necessidade.



O campo de hipótese que circunscreve a economia marginal autoriza a considerá-la não como um subsistema ou um sistema à parte, mas como um “pólo marginal” do sistema econômico geral. Há uma vinculação orgânica entre o “pólo marginal” e os outros níveis do sistema de dominação econômica, que se exprime pela conexão de um duplo sistema de relações econômicas caracterizadas pela exploração de um lado e, de outro, pela ajuda. (Quijano, 1978)

Por sua vez, a pesca artesanal, para os parâmetros institucionais da sociedade urbana, não é vista como uma forma de emprego, uma vez que o trabalho mesmo gerando um pequeno rendimento, não fornece comprovante de renda, nem possui um valor constante, seja semanal, seja mensal. Nessa atividade a carteira de trabalho normalmente não é assinada, e são poucos os trabalhadores que recolhem o INSS. Essa realidade concorre para a informalidade no mercado de trabalho acessível.

Existem as colônias de pesca que regulam a atividade pesqueira junto aos órgãos oficiais como a Marinha e o Ibama, mas que não constituem garantia nem credibilidade ao pescador no momento de sua inserção no mercado urbano.

O pescador vive uma situação que não é a de desempregado, mas também não é a de um empregado formal. Às vezes tem patrão, às vezes não. Se tiver é explorado, é o que acontece quando ele não tem o equipamento necessário à pesca, ficando apenas com um terço da produção, que tem que ser dividida com o restante dos pescadores (que varia de 3 a 8) dependendo do tipo de pesca desenvolvida.

Na verdade ele tem um trabalho, mas formalmente não tem um emprego. Pertence a população economicamente ativa nos Censos do IBGE, mas acaba se enquadrando num tipo de informalidade atípica para os padrões urbanos, mas típica de atividades artesanais e extrativistas.

O pescado vendido nas feiras diretamente ao revendedor só é possível se o pescador morar nas proximidades da feira, se não, ele tem que contar com a figura do atravessador, o “pombeiro” que vai lhe explorar tanto quanto um patrão.

A infraestrutura como frigorífico, por exemplo, está presente apenas em algumas localidades onde o grau de organização e o número de associados permitem as Colônias

de Pesca arriscar os financiamentos. No mais o que vemos na realidade é uma fuga da atividade, ou a sua manutenção sem nenhuma perspectiva de evolução na qualidade de vida.

Esses espaços bucólicos, alinhados na beira do rio, tão ricos biologicamente, quando são alvos de investimento de capital, são obrigados a sumir com suas comunidades, para dar lugar a indústria do turismo. É o caso do Porto do Capim, que tem seus dias contados para ceder seu espaço a um projeto turístico oficial que quer aproveitar as margens do Rio Sanhauá, para oferecer mais um produto turístico à cidade de João Pessoa.

A abundância da mão-de-obra apta ao trabalho é latente, mas a riqueza da região tropical, inconscientemente leva a práticas sistematicamente improdutivas. É o caso por exemplo de atividades extrativas, como a coleta de crustáceos, que são feitas da mesma forma que os antepassados faziam e que não constituem uma garantia econômica para ser lançada no mercado sistematicamente. É como se a natureza, garantisse a sobrevivência, como se ela estivesse espacialmente sempre na mesma posição, a espera do homem para a satisfação de suas necessidades mais básicas como, por exemplo, a energia, vista aqui tanto como a alimentação, que supre de energia o corpo humano, como a madeira que é sempre uma possibilidade de geração de energia, queimando e tornando possível o cozimento de alimentos, quando falta dinheiro para o gás butano.

Essa ausência de técnicas mais modernas, ultimamente vem convivendo com métodos mais avançados, que paulatinamente vem sendo instalados nos mangues, como os viveiros para os camarões, que até na alimentação são controlados artificialmente.

Obtivemos informações, que nos asseguram que o tipo de ração que alimenta os camarões de viveiros, afastam os caranguejos até uma distância de aproximadamente 100 metros.

Pode parecer paradoxal falarmos de uma atividade de trabalho e a inserirmos numa temática sobre qualidade de vida e cultura. Mas a realidade do processo longo pelo qual passa a atividade pesqueira artesanal nos remete a valores que se distanciam de sua cultura e aproximam-se da valorização imobiliária no litoral do Nordeste do Brasil.

Com as inserções de valores econômicos da sociedade urbana e os fluxos migratórios campo-cidade, ou mesmo de cidades de pequeno porte para as de médio

porte, as mudanças na cultura se tornam quase que obrigatórias para uma coexistência possível nos novos espaços ocupados. Constitui-se esse movimento numa realidade tão cotidiana para quem estuda a região litorânea, que se torna impossível não documentá-la, mesmo que para o Estado, visto aqui como a energia que gerencia o espaço, essa realidade esteja embaixo da lamparina (lanterna artesanal que utilizam querosene como combustível, na zona rural do Nordeste)

### BIBLIOGRAFIA

Andrade, Gilberto Osório de. O Rio Paraíba do Norte. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. Conselho Estadual de Cultura, 1977 (fac-similar da publicação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-Recife-1957).

Becker, Bertha K. e Egler, Claudio A G. .Brasil -Uma Nova Potencia Regional na Economia –Mundo.3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 (Coleção Geografia).

Collier, John. Antropologia visual: A fotografia como metodo de pesquisa. São Paulo: EPU. Ed. USP. 1973.

Correa, Gilbert Kobler. Energia e Fome. São Paulo: Ática.1987 (Série Princípios, 90).

Debray, Régis. El Estado Seductor – Las revoluciones mediológicas del poder. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1995.

Delle Donne, Marcella. Teorias Sobre a Cidade. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1979.

Joffly, José. Porto Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 (Coleção Retratos do Brasil).

Kujawski, Gilberto de Mello. A Crise do Século XX São Paulo: Editora Ática, 1988 (Série Temas. Volume 7. Modernidade).

Machado, Maximiano, Lopes Machado. História da Província da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 1977

Quijano, Aníbal. *Estrutura Urbana e Marginalidade Social*. In: Pereira, Luiz (org) Populações “Marginais”. São Paulo: Duas Cidades, 1978 (col. História e Sociedade)

Cadernos do Logepa	João Pessoa	Vol.1 n. 1	Jan/Junho-2002	p. 11-22
--------------------	-------------	------------	----------------	----------

Madruga, A. Moacir. “*Considerações em torno da temática: economia pesqueira do Nordeste*”. In. Caderno de Estudos Regionais, n 2. João Pessoa: Ed. Universitária. 1978.

Ribeiro, Darcy. O Processo Civilizatório –Estudos de Antropologia da Civilização. Petrópolis: Vozes.1987

Santos, Milton. Manual de Geografia Urbana. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1989 (col.Geografia: Teoria e Realidade 7)

Vannucci, Marta. Os Manguezais e Nós. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.